

0842/79

Investigação científica

«RECORTE» Apartado 2571 1114 Lisboa Codex Telef. 544301	CORREIO DA MANHÃ Lisboa	31 JUL 1979
	PAÍS (O) Lisboa	
	JORNAL da CHAMUSCA Chamusca	
	JORNAL O RETORNADO Lisboa	
	VALENCIANO (O)	

Nomeado grupo de trabalho de investigação universitária

Acaba de ser nomeado, no âmbito da Secretaria de Estado da Ciência, um grupo de trabalho com o objectivo de «estudar as medidas legislativas que regularão a actividade de investigação nas universidades e definirão a respectiva coordenação».

O grupo de trabalho, que deverá apresentar um relatório até ao dia 15 de Novembro, é composto pelo prof. João de Deus Pinheiro, em representação do secretário de Estado da Ciência; Eduardo Marçal Grilo, director-geral do Ensino Superior; Carlos Llyod Braga e Raul Rosado Fernandes, em representação do Conselho de Reitores; João Gaspar Caração, presidente da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica; Joaquim Alberto da Cruz e Silva, presidente do Instituto Nacional de Investigação Científica e Joaquim Manuel Pantoja Nazaré, secretário de Estado do Ensino Superior, que preside.

A nomeação deste grupo de trabalho surge depois dos órgãos de comunicação social terem feito eco das preocupações dos quatro Conselhos Consultivos do Instituto Nacional de Investigação Científica, que, em moção aprovada sem votos contra, protestavam contra o projecto de retirar às universidades a investigação científica, que passaria a estar dependente de um órgão não integrado no Ministério da Educação.

COIMBRA — Também o Conselho Científico-

Cultural da Universidade de Coimbra «formula o voto» de que nenhum diploma relativo à investigação científica nas universidades «seja aprovado em Conselho de Ministros ou promulgado pelo Presidente da República sem prévia consulta das universidades».

Aquele órgão considera também que a investigação universitária deverá continuar a ser coordenada e apoiada por um «órgão do Ministério da Educação, no qual as universidades estejam devidamente representadas».

Esta tomada de posição alude ao Estatuto da Carreira Docente, aprovado em Conselho de Ministros no passado dia 11 e vem no seguimento de idênticas atitudes dos Conselhos Científicos das Faculdades de Farmácia e Medicina de Coimbra.

O Conselho Científico da Faculdade de Letras pediu, por seu turno, a promulgação do diploma «ressalvando embora eventuais críticas ou propostas de alteração».

O Secretariado Distrital de Coimbra do Ensino Superior do Sindicato dos Professores anunciou que vai propôr à classe a entrada em greve se o diploma não for promulgado, e denunciou a existência de pressões tendentes a impedir a sua promulgação.

Também os docentes da Universidade de Aveiro vão discutir hoje a possibilidade de entrar em greve pela promulgação do Estatuto.